

“Acesso ao Tribunal Europeu continua a ser difícil”

O sociólogo dinamarquês Mikael Rask Madsen admitiu, em Coimbra, que o acesso do cidadão comum ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos continua a ser, na prática, “muito difícil”.

“Ainda é muito difícil que um caso seja aceite em Estrasburgo. A realidade, para o cidadão comum da Europa, é que pode apresentar o caso ao Tribunal, mas este pode não chegar a julgamento”, considerou.

Doutorado em Sociologia pela “École des Hautes Études en Sciences Sociales” (Paris), Mikael Rask Madsen orientou um seminário no Centro

de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra sobre “O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos na encruzilhada da lei e política nacional e internacional”.

De acordo com o membro do Centro de Sociologia Europeia (Paris), “é muito caro levar um caso” a este tribunal e há poucos especialistas na jurisprudência dos direitos humanos.

“É um sistema muito complexo, são precisos especialistas”, sublinhou o investigador da Faculdade de Direito da Universidade de Copenhaga.

Segundo o sociólogo, em países como a Dinamarca, com uma alta consciencialização

política, a mera ameaça de recurso a este tribunal sediado em Estrasburgo faz com que muitas das situações acabem por ser resolvidas pelos juízes nacionais.

“A cada dez minutos, nos tribunais de Copenhaga, há alguém a ameaçar com o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Há um peso simbólico, político e legal de Estrasburgo”, disse o investigador em declarações à agência Lusa à margem do seminário.

Para evitar a “situação embaraçosa” de acusação de violação dos direitos humanos, o próprio legislador na Dinamarca toma a iniciativa

de antecipar as directivas do Tribunal Europeu.

Segundo Mikael Rask Madsen, “o paradoxo do sucesso” do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos é que o aumento acentuado do número de casos que lhe são apresentados gera morosidade nas decisões, algumas das quais chegam a atingir os quatro anos de demora.

“O Tribunal deveria reconsiderar o seu papel e transformar-se num tribunal constitucional”, defendeu.

O seminário foi organizado pelo Núcleo de Estudos do Estado, do Direito e da Administração do CES.